

O novo ministro e a dívida

É perfeitamente compreensível que, à saída de uma reunião de trabalho com lideranças que apoiam o governo no Congresso, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tenha declarado que o acordo a ser negociado pelo Brasil com os credores externos está previamente limitado pelo conceito de "capacidade de pagamento", definido pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello. Este conceito condiciona os pagamentos externos a eventuais superávits fiscais do governo e não mais aos superávits da balança comercial.

Por parecer a afirmação de um certo princípio de "soberania dos devedores", segundo o qual o governo brasileiro é que vai definir, a cada ano, quanto pode e quer pagar aos credores, este conceito tem a aprovação de muitos congressistas que ainda cultivam preconceitos nacionalistas. Mas, apresentado aos credores no início das negociações sobre o pagamento de juros atrasados, quase provocou um **impasse** insuperável e acabou por retardá-las.

De seu posto de embaixador em Washington, o ministro Marques Moreira acompanhou o lento desenrolar, em Nova York, das conversações entre o representante brasileiro e os credores, e não deve querer repetir o processo. "Ele vai negociar como qualquer cliente normal diante de qualquer banco normal", prevê o representante no Brasil do banco anglo-alemão Chartered West L.B., Igor Cornelsen, um especialista em dívidas latino-americanas. Uma negociação normal, dizia Cornelsen, em entrevista publicada na segunda-feira pelo **Jornal da Tarde**, deve visar a um resultado que não quebre o cliente nem cause prejuízo ao credor.

Para confirmar a previsão de Cornelsen, o ministro Marcílio Marques Moreira, ao mesmo tempo em que, por razões de política interna, defende a "capacidade de pagamento", por uma questão de realismo não deixa de citar como exemplo experiências positivas de outros países na negociação de suas dívidas. Entre os casos mais recentes, o ministro citou o México, a Vene-

zuela, as Filipinas e a Costa Rica.

No caso dos países latino-americanos citados, a experiência, de fato, foi altamente positiva. Depois de fechar, em março do ano passado, um acordo que reduziu o principal de sua dívida, assim como as taxas de juros, e assegurou o ingresso de dinheiro novo, o México voltou a crescer e tornou-se pólo de atração de investimentos externos. Seu mercado de capitais, que há cinco anos equivalia a um décimo do mercado brasileiro, hoje é o dobro, movimentando US\$ 20 bilhões. A Costa Rica, por sua vez, conseguiu o reescalonamento dos juros atrasados, a redução do principal de sua dívida e cortou substancialmente os pagamentos ao Exterior, com o que pôde elevar expressivamente seus investimentos sociais. O acordo venezuelano envolveu diversos mecanismos, como novos empréstimos, desconto da dívida principal, redução dos juros, recompra de parte do principal e conversão de dívida em capital de risco. Paralisada pela recessão até o início do ano passado, a Venezuela volta aos tempos de grande prosperidade, como aquela sustentada pelo petróleo há alguns anos — mas agora em bases sólidas.

Não se pode deixar de incluir nesta lista o caso do Chile, lembrado por Cornelsen na sua entrevista ao **JT**. O Chile usou amplamente a conversão de dívida em investimentos para acelerar seu programa de privatização. Sua dívida com os bancos particulares foi cortada pela metade com o emprego deste mecanismo, mas cresceu a dívida com organismos oficiais, como os Eximbanks dos países desenvolvidos. A vantagem, neste caso, é que o dinheiro é subsidiado e financia o desenvolvimento.

O Brasil, entende Cornelsen, pode negociar com mais facilidade do que esses países latino-americanos, pois aqui "a dívida é pequena diante do tamanho da economia". Basta que negocie a partir de critérios econômico-financeiros — e não de critérios políticos, como fez o governo passado e pretendia fazer a equipe chefiada pela professora Zélia Cardoso de Mello.